

Reforma Tributária no Agronegócio

Desafios e Oportunidades

Pâmela Fiuza Filber
Contadora do Agronegócio
Gestora Contab Agro





Premissa básica,
extinção de alguns
tributos e
substituição
destes por um IVA

Visa disciplinar a ampla
Reforma Tributária
aprovada no final de
2023. O Projeto traz as
regras gerais do
Imposto sobre Bens e
Serviços (IBS), da
Contribuição sobre
Bens e Serviços (CBS) e
do Imposto Seletivo
(IS).

PEC 45- A 2019

Emenda 132/2023

PLP 68/2024

PLP 108/2024

20/12/2023 –
Conversão da
proposta de
emenda 45-A.
Passa a fazer parte
do ordenamento
jurídico Brasileiro

Institui o Comitê
Gestor





Emenda 132/2023

20/12/2023 –
Conversão da
proposta de
emenda 45-A.

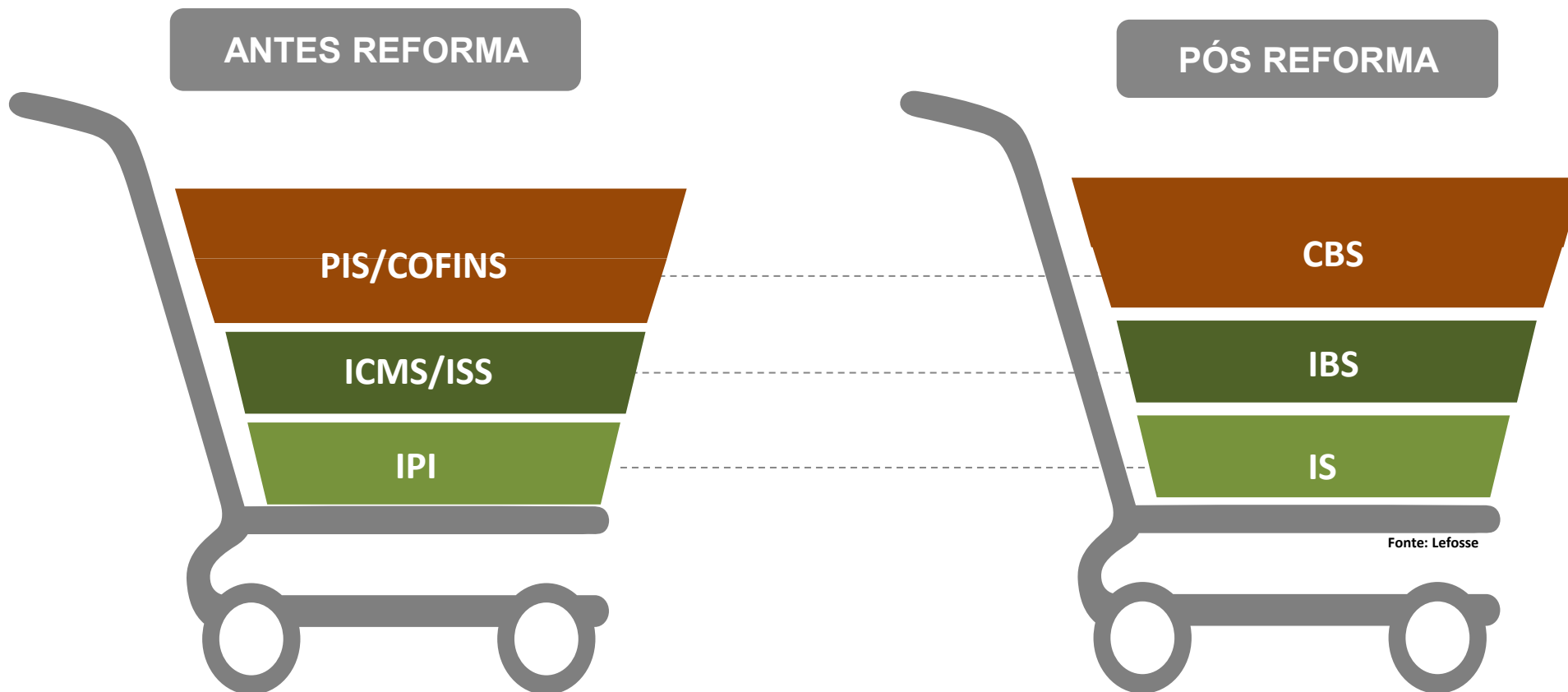
Passa a fazer parte
do ordenamento
jurídico Brasileiro

A inclusão dos produtores rurais em regime diferenciado de tributação é um dos pontos tratados pelo projeto de lei apresentado pelo governo para regulamentar a reforma tributária. Previstos no artigo 9º, da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, os regimes diferenciados envolvem a redução das alíquotas ou a concessão de créditos presumidos do IBS e da CBS aos adquirentes de determinados bens ou serviços ou de bens e serviços de fornecedores específicos.



PEC 45- A 2019

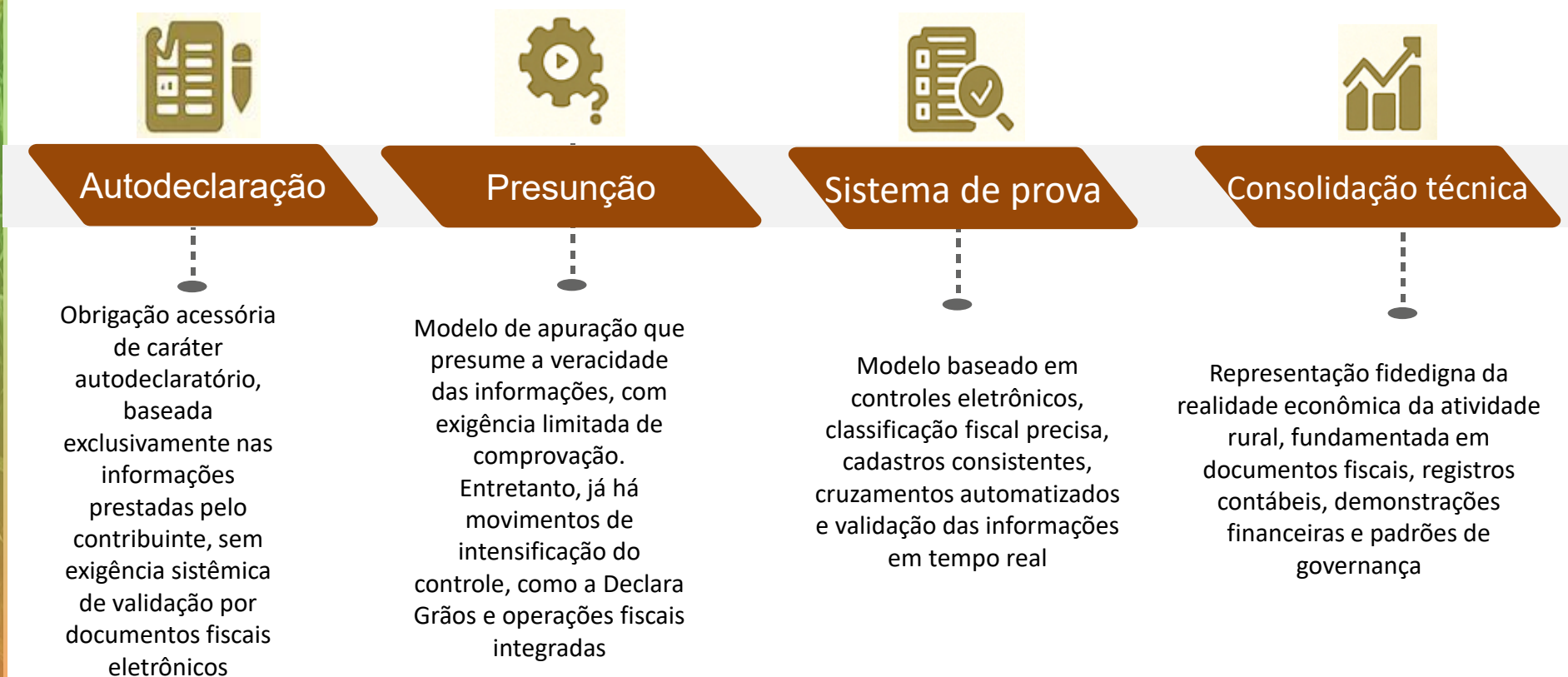
Premissa básica, extinção de alguns tributos e substituição destes por um IVA



Da confiança presuntiva á evidenciação técnica

A nova lógica operacional tributária no Agronegócio Brasileiro

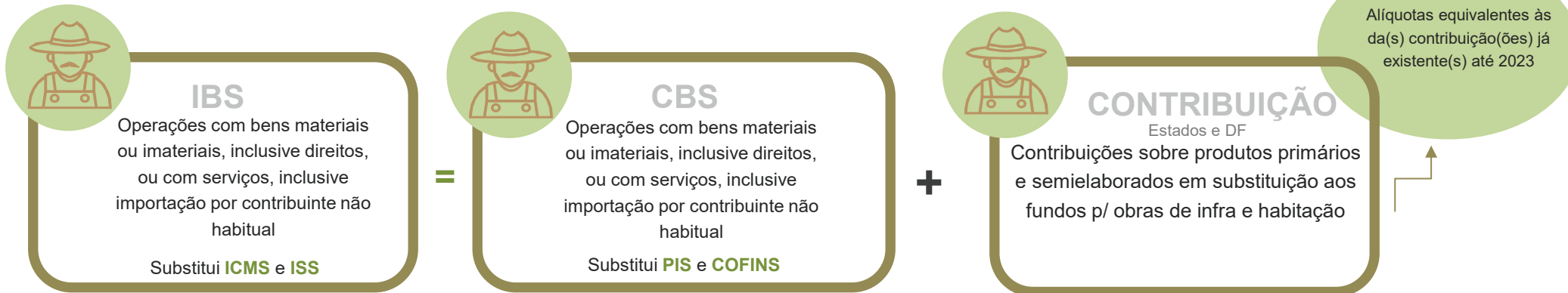
Na lógica atual, o produtor rural declara. Na lógica que se aproxima, ele terá que evidenciar. Deixamos o campo da autodeclaração e entramos no terreno da comprovação técnica, da rastreabilidade, da transparência em tempo real. A reforma nos leva de um sistema de confiança presuntiva para um sistema de prova



MODELO OPERACIONAL DO IBS E CBS

MOMENTO do fato gerador e não cumulatividade

Fato gerador



Base de cálculo

Alíquotas IBS e CBS: Padrão para todas atividades, mas definida por cada ente federativo, reduzida em 60% **Não cumulatividade plena:** excetuadas as aquisições de bens de uso ou consumo pessoal

Base de cálculo: valor da operação (sem o próprio imposto – cálculo “por fora”). **BASE DE CÁLCULO. Inclui o conjunto de atos ou negócios jurídicos que representem operação onerosa com bem ou serviço.**

TRIBUTAÇÃO AMPLA

Nas vendas ou prestações, os tributos **serão devidos na competência**. (art. 10, PLP 68/2024)
Nas aquisições, o direito ao crédito está vinculado a **comprovação do efetivo pagamento**. (art. 28, § 2º)
O contribuinte precisa pagar o tributo sobre suas operações no ato da prestação.
NÃO Há devolução imediata do crédito. Será posterior a escrituração do documento fiscal e incerto

AGRONEGÓCIO NO BRASIL

90 % das Propriedades Rurais tem sua tributação na pessoa física, ou seja, exploram a terra constituídos na Pessoa Física.

CARGA INCIDENTE NA PESSOA FÍSICA ANTES REFORMA



CARGA INCIDENTE NA PESSOA FÍSICA PÓS REFORMA



IMPOSTO SELETIVO E O AGRONEGÓCIO



IS

Fato gerador

Incidirá sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Não incidirá sobre exportações

Não incidência

Não incidirá sobre bens beneficiados com alíquota de IBS / CBS com redução de 60%



Tributação Ampla

- Incide sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços
Inclusive arrendamento, locação, cessão de direitos
- Não incide sobre operações de exportação
- Atividades não econômicas (e.g. transferências) não deveriam estar sujeitas à incidência



Não Cumulatividade Plena

- Não cumulatividade plena com base de créditos ampla sobre atividades (bens e serviços) contratadas(os)
- **Potencialmente vinculado ao pagamento do tributo pelo fornecedor**
- Assegurada manutenção e aproveitamento dos créditos de exportação, inclusive com mecanismos de ressarcimento



O Agronegócio Brasileiro e a Constituição Federal

Constituição Federal estabelece a política agrícola nacional, orientando o tratamento prioritário e diferenciado do agronegócio no Brasil, e busca garantir condições especiais para fomentar a produção agropecuária, promovendo sua eficiência e sustentabilidade.

Art. 187 - Política Agrícola

De acordo com o artigo, a política agrícola será elaborada com base em:

1. Incentivo à produção agropecuária.
2. Organização do abastecimento alimentar.
3. Sustentação de preços compatíveis com o custo de produção.
4. Apoio ao armazenamento e à comercialização.
5. Incentivo ao cooperativismo e ao associativismo.



Moderno, eficiente e competitivo!

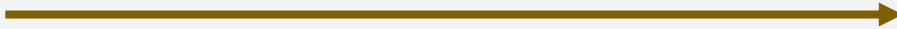


MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO?



Constituição

O **art. 187 da Constituição Federal** estabelece a política agrícola nacional, orientando o tratamento prioritário e diferenciado do agronegócio no Brasil. Esse artigo faz parte do **Título VII - Da Ordem Econômica e Financeira**, e busca garantir condições especiais para fomentar a produção agropecuária, promovendo sua eficiência e sustentabilidade.



Emenda Constituição

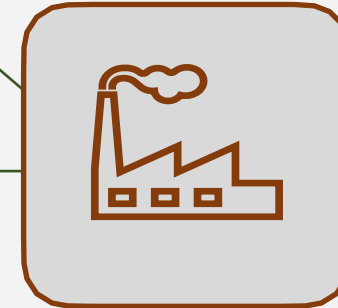


O artigo 9º da Emenda Constitucional 132/2023 aborda regimes diferenciados de tributação e inclui condições relevantes para o agronegócio. Ele prevê que a lei complementar poderá instituir regimes tributários específicos, desde que uniformes em todo o território nacional, com ajustes nas alíquotas para garantir o equilíbrio federativo.

Entre os benefícios específicos listados, o artigo menciona a possibilidade de **reduzir em 60% as alíquotas** aplicáveis a produtos agropecuários e insumos agrícolas, assim como a produção aquícola, pesqueira, florestal e extrativista vegetal *in natura*.

ABRANGÊNCIA

Art. 9º da EC 132.



Insumos Agropecuários
(ANTES DA PORTEIRA)

Produtos Agropecuários
Agrícolas
(DENTRO DA PORTEIRA)

Alimentos destinado ao
consumo humano
(DEPOIS DA PORTEIRA)

“SOLUÇÕES” NORMATIVAS

Embora a Emenda Constitucional ofereça “**soluções normativas**” como possíveis caminhos para um tratamento diferenciado do agronegócio, ainda não há garantias claras sobre a extensão real dos benefícios que essas soluções podem trazer ao setor. A eficácia dessas medidas dependerá de sua regulamentação e implementação prática

Agronegócio

Redução 60%

produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais, extrativistas vegetais in natura; insumos agropecuários e aquícolas

Alíquota zero

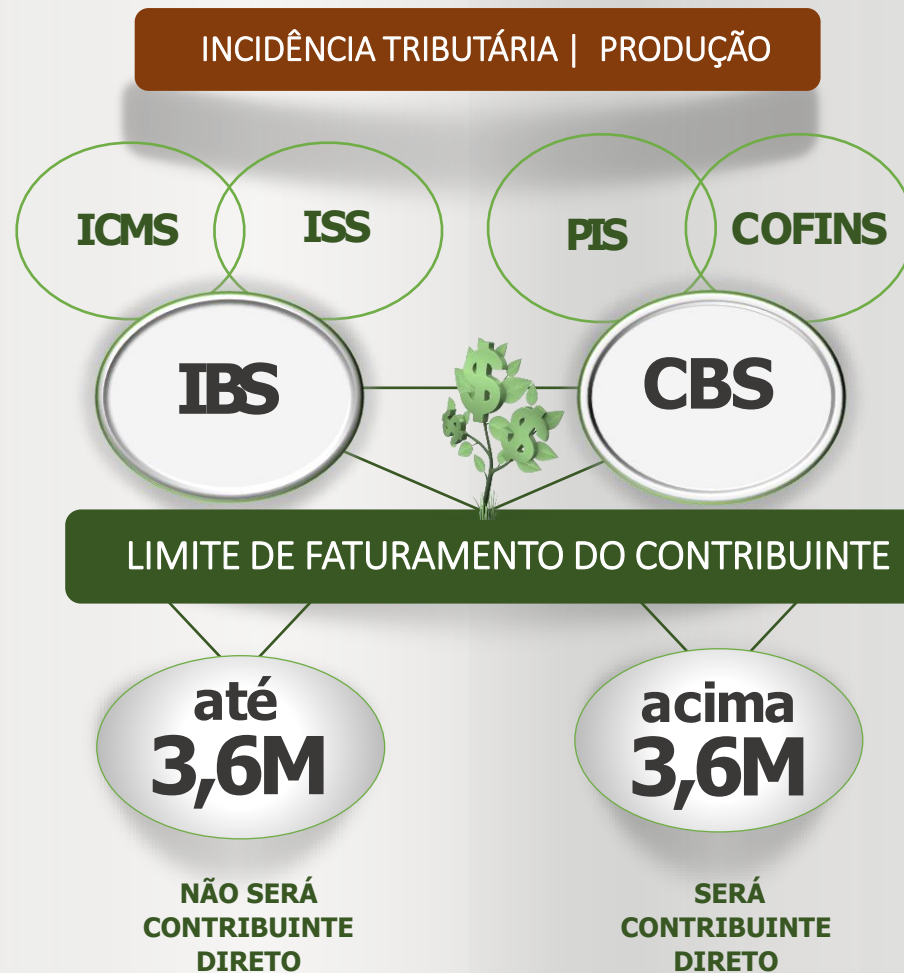
para Cesta Básica Nacional de Alimentos

Redução 100%

para produtos hortícolas, frutas e ovos;



ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E MUDANÇAS PARA O SETOR



E OS CRÉDITOS...

NÃO
CONTRIBUINTE
até
3,6M

FORNECEDOR
DE INSUMOS

FAZENDA
PRODUTOR

TRADING
COOPERATIVAS AGRO
INDUSTRIES



SEM
APROPRIAÇÃO
DE CRÉDITO

SEM
INCIDÊNCIA
IBS

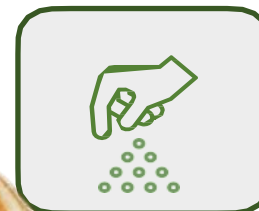
CRÉDITO
PRESUMIDO

CONTRIBUINTE
acima
3,6M

FORNECEDOR
DE INSUMOS

FAZENDA
PRODUTOR

TRADING
COOPERATIVAS AGRO
INDUSTRIES



APROVEITA
CRÉDITO
COMPRA

INCIDÊNCIA
IBS COM
REDUÇÃO

TRANSF.
CRÉDITO
INTEGRAL



Grandes Desafios Setor

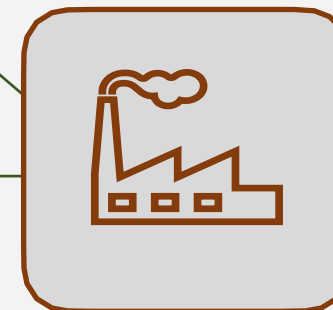
Dinâmica do setor implica grandes períodos de tempo entre investimentos em insumos agropecuários e a efetiva venda da produção, com alto volume destinado à exportação

Tal dinâmica do setor somada à sistemática de restituição de créditos de tributos pode ampliar impacto de potencial tributação nas operações anteriores (potencial perda financeira)



IMPACTO NO FLUXO DE CAIXA

DADA A ABRANGÊNCIA



11,4%

Sofri incidência

Constitui crédito vinculado
ao pagamento

Apuração débito e
compensação crédito

AQUISIÇÃO INSUMOS
Junho/Julho/Agosto

SEMEADURA
1º Outubro á 28 Janeiro

COLHEITA/COMERCIALIZAÇÃO
Concluída até Abril

8 MESES CAIXA SUPORTANDO O DÉBITO DA AQUISIÇÃO DE INSUMOS

INCIDÊNCIA NOS CONTRATOS ARRENDAMENTOS E PARCERIAS



Materialidade do IBS / FATO GERADOR

Artigo 156 –A: Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos ou com serviços. Incide sobre locação.

PLP 68/2024 – INCLUI O CONJUNTO DE ATOS OU NEGÓCIOS JURÍDICOS QUE REPRESENTEM OPERAÇÃO ONEROSA COM BEM OU SERVIÇO

Quem receber arrendamento pagará IBS/CBS

Quem receber Parceria Rural pagará IBS/CBS

Pontos que teremos que analisar , desafios a enfrentar e oportunidades para mapear



Aquisições de fornecedores do simples nacional

O que está sendo adquirido com recibos

Entrega de declarações mensais

Conformidade da Nota Fiscal Eletrônica

Oportunidade de reorganizar a “casa” e tornar os relatórios gerenciais mais eficazes para a tomada de decisão

Impactos no fluxo de caixa das propriedades

Insegurança Jurídica – definições confusas e inclusive não harmônicas

Alta complexidade de conciliações e controles internos

Processo industrialização – conceito? Projeto traz definição distinta da Legislação do IR e IN da RFB e Art. 25 da 8.212 (Secagem limpeza, debulha – mais processos que não desnaturam o produto, como ficará?)





MUITO OBRIGADA

Contatos:

Telefone: (54)3383-1027

Email: pamela.ffilber@gmail.com

Instagram: @pamelafiuza

